

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Bradesco Cartões, registrou Lucro Líquido de R\$ 1.578 milhões, correspondendo a R\$ 645,17 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 5.149 milhões e Ativos Totais de R\$ 43.376 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de maio e 27 de dezembro de 2018, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 200 milhões e R\$ 46 milhões, respectivamente. O valor provisionado em maio foi pago em 28 de junho de 2018 e a provisão de dezembro será paga até 30 de dezembro de 2019.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

A Diretoria

	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31		DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	28.740.947	37.526.173	37.557.805	47.613.087
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	80.379	99.888	15.692.187	26.708.241
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a)	1.667.031	13.388.086	1	8
Aplicações no Mercado Aberto	1.552.675	342.435	15.691.817	26.708.233
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros	114.356	13.045.651	369	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	2.493	4.579	19.451.330	15.968.481
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.493	4.579	19.348.518	15.908.974
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	523	15.140	102.812	59.507
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	14.958	5.001	7.595
Depósitos no Banco Central	307	-	5.001	7.595
Transferências Internas de Recursos	216	182	2.409.287	4.928.770
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	2.529.203	2.590.121	3.031	2.974
Operações de Crédito - Setor Privado	4.724.493	5.176.831	39.100	160.650
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.195.290)	(2.586.710)	202.310	46.650
OUTROS CRÉDITOS	24.421.831	21.386.396	2.164.846	4.718.496
Rendas a Receber (Nota 8a)	27.179	53.758	-	-
Diversos (Nota 8b)	25.024.007	21.934.610	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.487)	(41.963)	-	-
OUTROS VALORES E BENS	39.487	41.963	181	-
Outros Valores e Bens	8.544	9.365	181	-
Despesas Antecipadas	32.943	32.598	134.802	135.723
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.427.906	2.973.081	181	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 5a)	246.561	184.824	181	-
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros	246.561	184.824	134.802	135.723
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	231.958	194.466	22.614	22.999
Operações de Crédito - Setor Privado	398.390	436.294	112.188	112.724
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(166.432)	(241.828)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	1.940.184	2.584.927	-	-
Diversos (Nota 8b)	1.940.235	2.584.979	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(51)	(52)	-	-
OUTROS VALORES E BENS	9.203	8.864	-	-
Despesas Antecipadas	9.203	8.864	-	-
PERMANENTE	12.207.577	11.328.854	5.149.434	3.707.828
INVESTIMENTOS	11.555.541	10.670.230	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País (Nota 9)	11.555.539	10.670.230	-	-
Outros Investimentos	2	2	-	-
IMOBILIZADO DE USO	15.649	13.041	-	-
Outras Imobilizações de Uso	60.202	53.544	-	-
Depreciações Acumuladas	(44.553)	(40.503)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 10)	636.387	645.581	-	-
Ativos Intangíveis	1.134.258	1.080.399	-	-
Amortizações Acumuladas	(497.871)	(434.818)	-	-
TOTAL	43.376.430	51.828.108	43.376.430	51.828.108

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil		
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.069.343	4.230.819	5.742.914
Operações de Crédito	1.963.327	3.986.716	4.634.884
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	105.389	330.344	1.091.761
Resultado com Instrumento Financeiros Derivativos (Nota 6c)	627	(86.241)	16.269
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.575.113	3.365.900	5.071.766
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	522.262	1.188.787	2.499.222
Operações de Empréstimos e Repasses	26	49	43
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	1.052.825	2.177.144	2.572.501
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	494.230	864.839	671.148
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	662.604	1.311.073	640.723
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	2.254.880	4.214.257	3.384.555
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(105.495)	(215.036)	(256.335)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(958.762)	(1.736.134)	(1.513.163)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(294.024)	(532.067)	(374.761)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9)	394.717	802.738	502.917
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	574.022	1.103.566	906.581
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(1.202.734)	(2.326.251)	(2.009.071)
RESULTADO OPERACIONAL	1.156.834	2.175.912	1.311.871
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	359	552	15.714
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.157.193	2.176.464	1.327.585
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(349.692)	(598.578)	(154.906)
Provisão para Imposto de Renda	(167.312)	(239.127)	(80.574)
Provisão para Contribuição Social	(139.695)	(199.339)	(86.709)
Ativo Fiscal Diferido	(42.685)	(160.112)	12.377
LUCRO LÍQUIDO	807.501	1.577.886	1.172.679
Número de ações (Nota 14a)	2.445.708.244	2.445.708.244	2.445.708.244
Lucro por lote de mil ações em R\$	330,17	645,17	479,48

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil		
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.157.193	2.176.464	1.327.585
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	733.212	1.521.578	2.034.628
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.052.825	2.177.144	2.572.501
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	40.417	79.240	(99.478)
Amortizações de Ativo	25.357	50.714	50.714
Depreciações e Amortizações	9.476	16.507	12.457
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(394.717)	(802.738)	(502.917)
Outros	(146)	711	1.351
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.890.405	3.698.042	3.362.213
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	882.801	3.086.992	5.277.805
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(11.814)	(327)	16.875
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.016.689	3.497.466	2.366.226
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(1.026.244)	(2.126.335)	(2.540.524)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.250.261)	(2.546.271)	(2.013.077)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(372.967)	(10.853.315)	3.245.225
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(225.228)	(2.571.770)	(230.378)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(285.554)	(391.475)	(373.396)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(382.173)	(8.206.993)	9.110.969
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.642)	(6.659)	(1.877)
Aquisição de Intangível	(42.049)	(53.976)	(31.804)
Alienação de Intangível	-	-	2.802
Aumento de Capital em Investida em Espécie	-	-	(1.280.000)
Dividendos Recebidos	-	6.444	1.342.491
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(45.691)	(54.191)	31.612
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(330.650)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(330.650)	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	2.060.918	10.224.888	1.082.307
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.633.054	1.633.054	10.224.888
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.864)	(8.591.834)	9.142.581

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A., estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Cartões, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; trabalhistas; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são separadamente reconhecidos no resultado da data da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificadas de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
Saldos em 30.6.2018	2.000.000	325.860	1.909.373	148.753	-	4.383.986
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.947	-	3.947
Lucro Líquido	-	-	-	-	807.501	807.501
Destinações: - Reservas	-	40.375	721.126	-	(761.501)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)	-	-	-	-	(46.000)	(46.000)
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	366.235	2.630.499	152.700	-	5.149.434
Saldos em 31.12.2016	1.227.878	228.707	1.090.796	(85.705)	-	2.461.676
Aumento de Capital - AGE 13.2.2017	133.788	-	-	-	-	133.788
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	128.685	-	128.685
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.172.679	1.172.679
Destinações: - Reservas	-	58.634	925.045	-	(983.679)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)	-	-	-	-	(189.000)	(189.000)
Saldos em 31.12.2017	1.361.666	287.341	2.015.841	42.980	-	3.707.828
Aumento de Capital - AGE 30.4.2018 (Nota 14b)	638.334	-	(638.334)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	109.720	-	109.720
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.577.886	1.577.886
Destinações: - Reservas	-	78.894	1.252.992	-	(1.331.886)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)	-	-	-	-	(246.000)	(246.000)
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	366.235	2.630.499	152.700	-	5.149.434

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada.....	136.569	126.114
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	193.763	965.379
Total (Nota 6c).....	330.332	1.091.493

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2018		2017		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Instrumentos financeiros derivativos.....	2.308	185	2.493	2.493	4.579	-
Total em 2018.....	2.308	185	2.493	2.493	4.579	-
Total em 2017.....	4.108	471			4.579	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	330.332	1.091.493
Instrumentos financeiros derivativos.....	(86.241)	16.269
Títulos de renda fixa.....	12	268
Total.....	244.103	1.108.030

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Cartões participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "a termo", registrados em contas patrimoniais e de compensação, em um contexto integrado com o controlador e empresas ligadas, que se destinam a atender às necessidades próprias, para administração de suas exposições. Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados pela instituição como instrumentos de "hedge", destinam-se a protegê-la contra variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos. O valor justo dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados.

A política de gestão de risco da Organização Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominante, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco Bradesco e empresas controladas.

I) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018		2017	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos a termo (1)				
Compromissos de compra:				
- Moeda estrangeira.....	613.457	-	529.868	-
Compromissos de venda:				
- Moeda estrangeira.....	1.567.926	954.469	1.226.865	696.997

(1) Contratos efetuados em dólar.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	2017		
Empréstimos e títulos descontados.....	1.271.349	134.167	176.011	469.138	441.067	334.947	2.826.679	11,1	2.946.324	13,3
Outros créditos (1).....	12.621.616	3.991.072	1.767.512	2.923.258	1.280.618	1.734	22.585.810	88,9	19.156.568	86,7
Total em 2018.....	13.892.965	4.125.239	1.943.523	3.392.396	1.721.685	336.681	25.412.489	100,0	22.102.892	100,0
Total em 2017.....	8.389.435	5.179.998	1.383.429	3.341.617	3.494.769	313.644			22.102.892	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total (B)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2018	2017		
Empréstimos e títulos descontados.....	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
Total em 2018.....	156.632	187.572	159.890	524.960	1.046.367	2.075.421	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
Total em 2017.....	367.918	111.962	150.609	532.778	1.187.052				2.350.319	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total (C)		Total geral					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	2017	(A+B+C)	(A+B+C)				
Empréstimos e títulos descontados.....	62.655	12.486	11.637	29.960	40.602	63.443	220.783	100,0	316.482	100,0	5.122.883	18,5	5.613.125	22,7
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.585.810	81,5	19.156.568	77,3
Total em 2018.....	62.655	12.486	11.637	29.960	40.602	63.443	220.783	100,0	316.482	100,0	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0
Total em 2017.....	25.796	22.366	19.130	50.125	74.955	124.110							24.769.693	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco								Total				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017		
Empréstimos e títulos descontados.....	14.094	1.283.274	272.823	853.161	373.408	314.383	198.637	233.033	1.580.070	5.122.883	18,5	5.613.125	22,7
Outros créditos (1).....	2.361.519	12.665.735	2.909.859	4.013.975	204.981	74.053	27.514	27.518	300.656	22.585.810	81,5	19.156.568	77,3
Total em 2018.....	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0
%.....	8,6	50,3	11,5	17,6	2,1	1,4	0,8	0,9	6,8				
Total em 2017.....	1.986.465	12.801.410	2.355.171	3.821.977	579.762	317.476	276.055	279.636	2.351.741			24.769.693	100,0
%.....	8,0	51,7	9,5	15,5	2,3	1,3	1,1	1,1	9,5				

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixa de vencimentos e níveis de risco

I) Níveis de risco

Parcelas vincendas	Nível de risco								Total em 2018		Total em 2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017		
1 a 30.....	-	-	4.025	14.032	36.599	34.239	16.183	20.359	95.346	220.783	100,0	316.482	100,0
31 a 60.....	-	-	1.048	10.886	12.222	4.685	5.023	25.461	62.655	28,4	25.796	8,2	
61 a 90.....	-	-	336	852	1.725	1.815	829	1.068	5.861	12,486	5,6	22.366	7,1
91 a 180.....	-	-	292	1.755	1.694	1.694	1.036	5.185	5.185	11,637	5,3	19.130	6,0
181 a 360.....	-	-	727	2.374	4.561	4.229	1.998	2.759	13.312	29,960	13,6	50.125	15,8
Acima de 360.....	-	-	862	3.047	6.380	5.477	2.853	3.839	18.144	40,602	18,4	74.955	23,7
Total em 2018.....	-	-	760	3.504	11.292	8.802	5.068	6.634	27.383	63.443	28,7	124.110	39,2

Parcelas vincendas (2)	Nível de risco								Total em 2018		Total em 2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017		
1 a 14.....	-	-	85.865	154.506	136.211	151.161	143.486	150.444	1.253.748	2.075.421	100,0	2.350.319	100,0
15 a 30.....	-	-	238	160	386	430	257	285	1.894	3.650	0,2	180.550	7,7
31 a 60.....	-	-	85.627	39.919	8.252	4.625	2.140	1.621	10.798	152.982	7,4	187.368	8,0
61 a 90.....	-	-	-	114.424	25.480	12.141	5.618	5.430	24.479	187.572	9,0	111.962	4,8
91 a 180.....	-	-	-	2	102.060	19.279	6.722	6.324	25.503	159.890	7,7	150.609	6,4
181 a 360.....	-	-	-	1	33	114.663	128.694	136.710	144.859	524.960	25,3	532.778	22,6
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	23	55	74	1.046.925	1.046.247	50,4	1.178.409	50,1
Subtotal.....	-	-	89.890	168.538	172.810	185.400	159.669	170.803	1.349.094	2.296.204	100,0	2.666.801	100,0
Provisão específica.....	-	-	899	5.056	17.281	55.620	79.835	119.562	1.349.094	1.627.347			

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vincendas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Parcelas vincendas	Nível de risco								Total em 2018		Total em 2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017		
1 a 30.....	2.365.914	13.876.159	3.082.142	4.662.711	400.327	200.441	65.681	88.892	525.203	25.267.470	99,4	21.904.790	99,1
31 a 60.....	1.431.053	7.593.882	1.695.280	2.460.989	169.124	78.021	29.050	33.022	257.525	13.747.946	54,1	8.191.333	37,1
61 a 90.....	413.604	2.309.749	511.533	744.537	46.672	19.879	6.851	7.825	64.589	4.125.239	16,2	5.179.998	23,4
91 a 180.....	151.848	1.103.776	234.927	359.141	29.975	14.661	4.997	6.069	38.129	1.943.523	7,7	1.383.429	6,1
181 a 360.....	257.014	1.862.343	415.592	667.283	62.027	33.328	11.032	13.649	70.128	3.392.396	13,3	3.341.617	15,3
Acima de 360.....	111.702	909.290	199.429	359.548	49.055	27.316	6.850	11.583	46.912	1.721.685	6,8	3.494.769	15,8
Subtotal.....	693	97.119	25.381	71.213	43.474	27.236	6.901	16.744	47.920	336.681	1,3	313.644	1,4
Vencidas até 14 dias.....	9.699	72.850	10.650	35.887	5.252	2.595	801	856	6.429	145.019	0,6	198.102	0,9
Total em 2018.....	2.375.613	13.949.009	3.092.792	4.698.598	405.579	203.036	66.482	89.748	531.632	25.412.489	100,0	22.102.892	100,0
Provisão genérica.....	-	69.745	30.928	140.958	40.558	60.911	33.241	62.823	531.632	970.796			
Total em 2017.....	2.375.613	13.949.009	3.182.682	4.867.136	578.389	388.436	226.151	260.551	1.880.726	27.708.693	100,0	24.769.693	100,0
Provisão existente.....	-	69.932	32.540	151.677									

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão específica (1).....	1.977.458	2.332.712
Provisão genérica (2).....	1.063.492	1.155.464
Provisão excedente (3).....	389.612	503.146
Saldo inicial em 1 de janeiro	3.430.562	3.991.322
Constituição líquida de reversões.....	2.177.144	2.572.501
Baixas para prejuízo.....	(2.616.578)	(3.133.261)
Saldo final em 31 de dezembro	2.991.128	3.430.562
Provisão específica (1).....	1.627.347	1.977.458
Provisão genérica (2).....	970.796	1.063.492
Provisão excedente (3).....	392.985	389.612
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5).....	510.170	502.555

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7);

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e

(5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, nos montantes de R\$ 1.666.072 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 29.281 mil.

h) Movimentação da carteira de renegociação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.296.315	1.329.280
Renegociação.....	1.662.219	1.757.666
Recebimentos.....	(1.206.599)	(1.127.393)
Baixas.....	(571.178)	(663.238)
Saldo final em 31 de dezembro	1.180.757	1.296.315
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	905.949	994.344
Percentual sobre a carteira de renegociação.....	76,7%	76,7%

i) Receitas de operações de crédito

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados.....	3.476.546	4.132.329
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	510.170	502.555
Total	3.986.716	4.634.884

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
				Cotas	Ações		2018	2017	2018	2017
Banco Bradesco BERJ S.A.	3.087.000	3.625.095	93.505	-	155	100,000	3.625.095	3.554.344	93.505	10.356
Banco Bradescard S.A.	1.991.716	3.043.092	91.570	-	3.216.662	100,000	3.043.092	2.952.392	91.570	155.072
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	1.761.996	1.672.172	185.933	-	1.350.132	100,000	1.672.172	1.487.037	185.933	73.163
Bradescard Elo Participações S.A.	880.000	2.072.435	336.001	-	4.167.605	100,000	2.072.435	1.743.544	336.001	183.217
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda.	493.500	889.405	56.305	493.500	-	100,000	889.405	718.652	56.305	50.350
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	180.000	339.489	28.615	96.118	-	64,078	217.539	199.378	18.336	22.656
Shoplácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	10.000	44.751	26.398	-	2.106	80,000	35.801	14.883	21.118	8.142
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (1)	23.550	(132)	(60)	-	1.413.069	50,000	-	-	(30)	(39)
Total							11.555.539	10.670.230	802.738	502.917

(1) O valor da participação no Patrimônio Líquido a Descoberto da empresa MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A., no valor de R\$ 66 mil (2017 - R\$ 36 mil) está registrado na rubrica "Outras Obrigações".

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2018	2017
				2018	2017
Software (1).....	20%	119.969	(32.989)	86.980	45.460
Rentabilidade futura/carteira de cliente (2).....	5%	1.014.289	(464.882)	549.407	600.121
Total em 2018		1.134.258	(497.871)	636.387	645.581
Total em 2017		1.080.399	(434.818)	645.581	645.581

(1) Softwares adquiridos de empresas especializadas; e

(2) Representado pelo ágio na aquisição da participação acionária do Banco Bradescard S.A., amortizável mediante a realização por rentabilidade futura/ carteira de clientes registrados no Ativo Permanente, que será amortizado até novembro de 2029. No exercício de 2018 foi amortizado, o montante de R\$ 50.714 mil (2017 - R\$ 50.714 mil).

11) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		91 a 180 dias	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Depósitos à vista.....	1	1	-	-	1	8
Depósitos interfinanceiros.....	1.414.665	590.167	612.952	13.074.033	534.208	16.226.025
Outros depósitos.....	369	-	-	-	-	369
Total em 2018	1.415.035	590.167	612.952	13.074.033	534.208	16.226.395
Total em 2017	24.996.411	595.104	648.970	467.756	371.470	27.079.711

b) Despesas de captações

Representada por Captação de Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 1.188.787 mil (2017 - R\$ 2.499.222 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos: IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 80.498 mil (2017 - R\$ 77.176 mil); pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco Cartões são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	40.006	35.926	114.427
Atualização monetária.....	4.941	3.844	7.288
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	8.603	60.962	(6.398)
Pagamentos.....	(14.293)	(69.023)	-
Saldo em 31 de dezembro 2018 (Nota 13b)	39.257	31.709	115.317

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 100.537 mil (2017 - R\$ 96.774 mil); e

- Autuação de IRPJ e CSLL, ano calendário 2012 e 2013, relativo à glosa de despesas de captação com depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.387.188 mil (2017 - R\$ 219.934 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher.....	166.995	58.159
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	47.236	-
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	10.693	11.490
Total	224.924	69.649

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Valores a repassar - cartão de crédito (1).....	1.035.157	3.709.767
Outras provisões (2).....	266.220	267.077
Provisão para pagamentos a efetuar.....	183.454	198.456
Provisões fiscais (Nota 12b).....	115.317	114.427
Provisões trabalhistas (Nota 12b).....	39.257	40.006
Obrigações por aquisições de bens e direitos.....	39.078	41.147
Provisões cíveis (Nota 12b).....	31.709	35.926
Valores a pagar - sociedades ligadas.....	1.972	59.571
Outras (3).....	564.870	364.843
Total	2.277.034	4.831.220

(1) Refere-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Bradesco Cartões;

(2) Inclui substancialmente Programas de Recompensa; e

(3) Inclui R\$ 221.202 mil (2017 - R\$ 143.236 mil) de Valores recebidos de cliente a processar e R\$ 209.419 mil (2017 - R\$ 165.302 mil) relativo a anuidades de cartões de crédito a apropriar.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.000.000 mil (2017 - R\$ 1.361.666 mil) é representado por 2.445.708.244 (2017 - 2.445.708.244) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	
Em 31 de dezembro de 2017	1.222.854.123	1.222.854.121	1.361.666
Aumento de capital com reserva (1).....	-	-	638.334
Em 31 de dezembro de 2018	1.222.854.123	1.222.854.121	2.000.000

(1) Foi homologado pelo Bacen em 13 de junho de 2018, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.4.2018 que deliberou o aumento de capital social de R\$ 638.334 mil, mediante capitalização de parte do saldo da Conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	2.996.734	2.303.182
- Reserva legal (1).....	366.235	287.341
- Reserva estatutária (2).....	2.630.499	2.015.841

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo do cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido	1.577.886	1.172.679
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(78.894)	(58.634)
Base de cálculo	1.498.992	1.114.045
Juros sobre capital próprio (1).....	246.000	189.000
Imposto de renda retido na fonte sobre capital próprio (1).....	(36.900)	(28.350)
Dividendos propostos (1).....	-	-
Valor líquido a pagar	209.100	160.650
Percentual em relação à base de cálculo.....	13,9%	14,4%
Valor em Reais por lote de mil ações	85,50	65,69

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 1%.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas a receber.....	-	47.314
Dividendos.....	27.179	6.444
Total	27.179	53.758

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Compras faturadas - cartões de crédito (Nota 7a).....	22.585.810	19.156.568
Crédito tributário (Nota 22c).....	2.350.651	2.510.763
Devedores diversos.....	1.032.951	1.938.622
Impostos e contribuições a compensar.....	860.449	822.767
Outros.....	134.381	90.869
Total	26.964.242	24.519.589

g) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Resultado de equivalência patrimonial	
	2018	2017
Comissões.....	2.468.392	1.780.601
Rendas com cartão de crédito (1).....	1.745.865	1.603.954



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ mil				Total
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2019.....	810.345	485.437	-	-	1.295.782
2020.....	640.824	383.656	6.353	4.964	1.035.797
2021.....	10.462	5.439	-	-	15.901
2022.....	1.982	1.189	-	-	3.171
Total	1.463.613	875.721	6.353	4.964	2.350.651

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.292.749 mil (2017 - R\$ 2.403.484 mil), sendo: R\$ 2.281.871 (2017 - R\$ 2.392.300 mil) de diferenças temporárias e; R\$ 10.878 mil (2017 - R\$ 11.184 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco Cartões foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 10.693 mil (2017 - R\$ 11.490 mil) relativas a relativas à atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 10.693 mil (2017 - R\$ 10.118 mil) e a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (2017 - R\$ 1.372 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Previdência Complementar

O Bradesco Cartões é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradesco Cartões são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradesco Cartões são de 5% do salário. As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Cartões S.A.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Controladora e Investidas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 2.991.128 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição e suas investidas atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição e suas investidas para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis incluem ágio de aquisição de investimento no valor de R\$ 549.407 mil (nota explicativa nº 10) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pela Instituição e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3j, 3k e 10, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico e regulatório nos seus mercados de atuação, a Instituição avalia continuamente as premissas e estimativas de rentabilidade da Unidade Geradora da Caixa (UGC) a que o ágio está alocado, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa ou, no mínimo, a existência de indicativos de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pela Instituição de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - fiscais - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 12, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado e principais processos divulgados como possíveis nas demonstrações contábeis montam em R\$ 115.317 mil e R\$ 1.487.725 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na controladora que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Instituição. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais em que a Instituição está envolvida.

Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 22.858 mil (2017 - R\$ 28.447 mil).

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de forma integrada e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Bradesco Cartões, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1)

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC 1SP301478/O-1

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como o plano de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

Os resultados dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 28 de fevereiro de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2